

**PLANO DE TRABALHO**  
**Ajuste sem transferência de recursos (ACT)**  
**PROCESSO 23479.008081/2019-93**

**I. DESCRIÇÃO**

<b>Título de Projeto</b>					
Cooperação Técnica e científica entre UNIFESSPA e Prefeitura Municipal de Novo Repartimento					
<b>Identificação dos Partícipes do Projeto</b>					
Universidade:	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	CNPJ:	18.657.063/0001-80.		
Unidade:	Instituto de Ciências Humanas				
Participe:	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento	CNPJ:	09.555.113/0001-28		
<b>Coordenador (a):</b>				<b>CPF / Matrícula SIAPE:</b>	
Maria Cristina Macedo Alencar				731172932-72/1649340	
<b>Telefone 01</b>		<b>Telefone 02</b>		<b>e-mail</b>	
94-981495121		94-21017138		maria.alencar@unifesspa.edu.br	
<b>Classificação do Projeto</b>					
	Pesquisa		Extensão	X	Ensino
	Desenvolvimento Institucional		Desenvolvimento científico e tecnológico		
<b>Justificativa / Fundamentação</b>					
<p><i>Awaete</i> é a autodenominação do grupo conhecido pela sociedade não indígena como Parakanã. Esse povo vive hoje em duas Terras Indígenas (T.I.) no estado do Pará: a T.I. <i>Apyterewa</i> na região xinguana, e a T.I. Parakanã, na região tocantínia. Nesta última, atualmente vive uma população de cerca de 1.245 <i>Awaete</i> organizados em 18 aldeias, 14 delas jurisdicionadas ao município de Novo Repartimento e 04 jurisdicionadas ao município de Itupiranga. Os <i>Awaete</i> são falantes da língua por eles autodenominada <i>Awaete</i> xe'eng. Segundo a classificação genética de Rodrigues (1986) essa é uma língua Tupi que pertence ao subconjunto IV da família Tupi-Guarani, no qual também estão classificadas as línguas Suruí-Aikewara, Tapirapé, Tembê (Tenetehara), Avá (Canoeiro), Asurini do Tocantins (Akuáwa) e Guajajara (Tenetehara) (RODRIGUES, 1986).</p> <p>O território dos <i>Awaete</i> foi drasticamente modificado no processo de ocupação da região, em especial com o projeto implantado pelo Estado brasileiro de exploração econômica no sudeste do Pará no contexto de um projeto maior de integração econômica e geopolítica da região amazônica colocado em curso durante a ditadura militar nos anos de 1964-1984 (FAUSTO, 2001). Dentre os projetos que impactaram diretamente o sudeste paraense está a abertura da rodovia Transamazônica, a implantação de projetos de mineração e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Esses empreendimentos transformaram a paisagem social e ambiental da região, trazendo levas de migrantes e provocando uma profunda devastação da floresta densa que havia na área.</p> <p>No ano de 1987, como forma de mitigar os impactos sofridos pelos <i>Awaete</i> da T.I. Parakanã, foi criado o Programa Parakanã (PROPKN) firmado por meio de convênio entre a</p>					

Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ELETRONORTE. Esta última responsável pela Hidrelétrica de Tucuruí. O PROPKN assumiu o atendimento ao povo *Awæete* da T.I. Parakanã, desenvolvendo entre eles atividades indigenistas com projetos próprios de atendimento à saúde, educação e etnodesenvolvimento, além da gestão territorial.

Os *Awæete* têm escolas nas suas aldeias desde os anos 1980, quando as escolas indígenas eram assumidas pela FUNAI. Posteriormente, no fim dos anos 1990, a educação escolar *Awæete* passou a ser gerida pelo subprograma de Educação do PROPKN. Durante essa gestão foi elaborado material didático específico para a alfabetização em *Awæete xe'eng*, a partir de estudo da realidade sociolinguística do povo. A escola funcionava na aldeia com professores não indígenas contratados pelo PROPKN, segundo as temporalidades dos *Awæete* e sem interferir na dinâmica social desse povo.

Os *Awæete*, porém, demandaram qualificação para eles mesmos assumirem as suas escolas e solicitaram a mudança do subprograma de educação do PROPKN para a inserção no sistema nacional, passando a ser atendidos pela SEMED-Novo Repartimento desde o ano de 2015 quando esvaziaram as escolas das aldeias, ainda geridas pelo PROPKN, e matricularam-se nas escolas rurais de vilas próximas a suas aldeias. Nos anos de 2015 a 2017 os *Awæete* procuraram finalizar o ensino fundamental e médio nessas escolas onde, contudo, os professores não tinham formação para atuar com falantes monolíngues em *Awæete xe'eng*, no caso das crianças *Awæete* que estudavam os anos iniciais do ensino fundamental; e bilíngues, situação dos estudantes jovens e adultos.

A demanda por cursos de formação continuada para professores e técnicos de Secretarias Municipais de Educação que atuam na educação escolar do povo Parakanã-*Awæete* foi formalmente apresentada à UNIFESSPA no segundo semestre do ano de 2017, durante a realização da Conferência local de Educação Escolar indígena realizada na T.I. Parakanã, no centro de Formação *Taxaokokwera*, em preparação para a II Conferência Nacional de Educação Escolar indígena que seria realizada no fim daquele ano. Na ocasião as lideranças *Awæete* e equipe técnica da SEMED-Novo Repartimento colocaram como demanda para implementação da educação escolar indígena no município a necessidade de qualificar os professores *Awæete*, os professores não indígenas e a equipe técnica daquela secretaria com vistas a construir uma proposta específica de educação escolar *Awæete* que atendesse aos interesses daquele povo indígena e as orientações legais sobre a oferta da educação escolar indígena no Brasil.

Após a citada conferência tanto a SEMED-Novo Repartimento quanto o Programa Parakanã encaminharam ofícios à UNIFESSPA (Cf. anexo) solicitando que a universidade construísse propostas de formação continuada de cursos *latu sensu* e de extensão de modo a qualificar os profissionais que a partir do ano de 2018 atuariam nas escolas *Awæete* já inseridas no sistema municipal de ensino de Novo Repartimento.

Essa demanda coloca para a UNIFESSPA o desafio de realizar uma formação de professores pautada nos princípios da educação escolar indígena, isto é, uma formação que possibilite aos professores indígenas e as equipes técnicas das SEMED's construir propostas

curriculares específicas para cada povo indígena, considerando os princípios da interculturalidade e da educação bilíngue, conforme o que orienta a Resolução nº 05/2012, do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, que definiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, oferecida em instituições próprias”, como se lê no Artigo 15 dessa resolução:

§ 1º -Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Indígena, em uma perspectiva intercultural, devem ser construídos a partir dos valores e interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

Em 2017 a SEMED-Novo Repartimento tinha 495 estudantes *Awaete* matriculados nas escolas rurais do município, cursando o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. Em 2018, com a criação das 14 escolas *Awaete* nas aldeias, foram contratados 56 professores, com diferentes níveis de formação, para assumirem as salas de aula nas 14 escolas *Awaete*. Na tabela 01 temos as informações sobre o nível de escolaridade dos docentes que atuam nas escolas *Awaete*:

**Tabela 01:** Formação dos professores que atuam nas escolas *Awaete* no município de Novo Repartimento/2018

Nível de Formação	Nº <i>Awaete</i>	Nº não indígenas	%
Ensino Superior Completo	----	17	30
Ensino Superior Incompleto	----	6	11
Ensino Médio Incompleto	03	-----	5,5
Ensino Médio Completo	-----	03	5,5
Ensino Fundamental completo	27		48
Total	30	26	100

Fonte: SEMED-Novo Repartimento/2018

Os dados da tabela 01 sobre os níveis de formação dos professores que atuam nas escolas *Awaete* demonstram a necessidade de realização de cursos *Latu Sensu* que possibilitem a esses docentes assumirem a construção de uma proposta específica de educação escolar *Awaete*.

As discussões sobre educação escolar na perspectiva da formação continuada de professores têm mostrado a complexidade dessa tarefa, bem como a necessidade de envolvimento de instituições de ensino superior para as ações de qualificação de professores da educação básica. “Não é diferente com a educação escolar indígena, considerada em relação às demais modalidades de ensino por suas similitudes, mas, sobretudo, por suas especificidades. Ela só faz sentido se puder ser concretizada através de investimentos maciços na formação de recursos humanos” (RCNEI, 1998, p.74).

Sobre a formação específica de professores para a educação escolar indígena, a Resolução nº 003/1999, no artigo 6º, assegura que deverá ser específica, o que significa que deve ser planejada e executada a partir das competências dos conhecimentos, valores, habilidades, línguas e métodos de ensino-aprendizagem dos povos indígenas, no sentido de promover a elaboração do Projeto Político Pedagógico, currículo e programas de ensino pelos próprios

professores indígenas, de acordo com as especificidades das comunidades indígenas, sendo garantida a formação dos professores indígenas em serviço.

O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) reúne fundamentos históricos, políticos, legais e antropológicos para orientar a elaboração de propostas de educação escolar e currículos nas escolas indígenas a partir dos seguintes princípios norteadores: (a) Multietnicidade, a pluralidade e a diversidade: que reconhece a grande diversidade de grupos étnicos, sistemas socioculturais próprios e distintos; (b) Educação e conhecimentos indígenas: implica em pensar a escola indígena a partir da ciência dos povos, dos complexos sistemas sociais, políticos, religiosos, econômicos e jurídicos de tais sociedades; (c) Autodeterminação em contraposição aos quadros de submissão, ou seja, a educação escolar determinada pelos povos indígenas, de acordo com as especificidades e determinações das comunidades que a decidem e a gerenciam de acordo com seus propósitos. (d) Comunidade Educativa Indígena é o local de ensino-aprendizagem, porque a educação não acontece somente “em quatro paredes”, se dá nos rituais, no plantio, na colheita, nas festas, enfim, em todos os momentos da vida do grupo, por isso, tais conhecimentos devem estar integrados aos mecanismos próprios da educação tradicional.

Nesse sentido, a formação de professores para atuar nas escolas *Awæte* deve congrega as ciências das sociedades indígenas e os novos conhecimentos demandados pelos povos, observando a demanda das sociedades indígenas pela construção de escolas que respeitem em seus processos o pressuposto da Educação Escolar Indígena ser: (1) Comunitária “porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios...” tanto no que se refere à questão administrativa, quanto pedagógica (MEC, 2002, p.24); (2) Intercultural: porque deve promover a valorização da diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, histórias e experiências socioculturais, no entendimento de que as culturas são diferentes e não superiores ou inferiores, estabelecendo diálogos construtivos com as diversas fontes de conhecimento. (3) Bilingue/multilíngue porque todos os conhecimentos socioculturais, políticos, religiosos, são acumulados e transmitidos por meio de mais de uma língua, nesse sentido a valorização e a continuidade das línguas maternas é fundamental, associada à apropriação gradativa das múltiplas linguagens demandadas pelas comunidades como ferramenta de defesa de direitos e autodeterminação. (4) Específica e diferenciada: porque a escola deve ser concebida e planejada de acordo com as aspirações de cada povo indígena, o que significa autonomia para determinação de todos os aspectos relacionadas à educação escolarizada, ou seja, as escolas indígenas serão tão diversas quanto os povos o são.

É mister mencionar que a realização de cursos de Extensão, *Pós-graduação lato e Strictu sensu* que tratem da temática da educação escolar indígena, intercultural e bilíngue é uma demanda em todo o estado do Pará, uma vez que

[...] no estado do Pará a maioria dos docentes que atuam nas aldeias são não-indígenas, em geral, não capacitados a trabalhar com especificidades da educação escolar indígena, não há na SEDUC e nas secretarias municipais de educação processo de seleção que contemple minimamente as necessidades das escolas indígenas (FERNANDES, 2017, p. ).

Além disso, essa demanda foi apresentada, ao longo de todo o ano de 2017 pelas 12 comunidades indígenas do Sudeste do Pará, em suas conferências locais de educação escolar indígena (Cf. ALENCAR, 2018). Nessas conferências as comunidades indígenas destacaram o desconhecimento dos profissionais que atuam nas escolas das aldeias sobre os princípios da Educação Escolar Indígena: bilinguismo, interculturalidade e educação comunitária.

#### I.a. Identificação do Objeto

O Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Novo Repartimento e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará tem como objeto a realização de formação em níveis de pós-graduação *latu sensu* e de curso de extensão específica para professores que atuam diretamente na educação escolar Awaete-Parakanã e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação daquele município. Os objetivos dessas ações consistem em possibilitar aos profissionais que atuam na educação escolar Awaete-Parakanã do município processos de reflexão sobre as dimensões históricas, político-epistemológicas e teórico-metodológicas necessárias à construção de um projeto de Educação Escolar Intercultural e Bílingue que atenda aos anseios e atuais desafios enfrentados pelo povo Awaete-Parakanã, atendendo assim, a demandas apresentadas pela comunidade indígena e gestores da educação no município de Novo Repartimento. O projeto se realizará com vistas a alcançar as seguintes metas:

1. Realização de três módulos formativos pela Fecampo/Unifesspa e quadro de docentes que integram o projeto para 60 profissionais que atuam na educação escolar Awaete-Parakanã, do Município de Novo Repartimento;
2. Certificação pela Fecampo de 25 profissionais em nível de pós-graduação *latu sensu*;
3. Certificação de 35 profissionais em nível de extensão, pela FECAMPO e NUADE/Unifesspa;
4. Elaboração de 25 memoriais de formação docente como trabalho de finalização do curso;
5. Publicação de pelo menos 5 trabalhos acadêmicos/científicos por professores e cursistas do curso *latu sensu*.

#### I.b. Obrigações das partes

Este Acordo de cooperação é firmado exclusivamente entre a UNIFESSPA e o Município de Novo Repartimento.

O contrato está atrelado aos projetos do curso de extensão e de pós-graduação *latu sensu* elaborado e acordado entre as partes tocadas e tem uma duração de um ano, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse entre as partes.

O presente contrato poderá ser cancelado caso: i) ocorra desvio de conduta de uma das instituições; ii) caso seja do interesse de uma das instituições, desde que não haja prejuízo técnico para a outra parte, ou que as atividades iniciadas durante o período em questão sejam finalizadas sem prejuízo para os discentes envolvidos; iii) sempre com aviso prévio.

Quaisquer alterações nas atividades previstas devem ser elaboradas em concordância entre as partes.

##### 1. Obrigações da Unifesspa

- a) Disponibilizar o corpo docente para a realização dos três módulos de formação presencial e orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

b) Disponibilizar um coordenador e um Técnico administrativo para planejar ações pedagógicas e administrativas necessárias ao diálogo interinstitucional e realização de todas as etapas formativas do Curso de Extensão Universitária e Curso de Pós-Graduação *latu sensu* – Especialização em “Docência e Gestão em Educação Escolar Indígena”.

c) Emitir certificados de Curso de Extensão Universitária e Curso de Pós-Graduação *latu sensu* – Especialização em Docência e Gestão em Educação Escolar Indígena.

**Obrigações da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento**

a) Realizar o deslocamento dos docentes da UNIFESSPA no percurso Marabá- TI Parakanã-Marabá para garantir a realização dos 03 módulos de formação presencial;

b) Realizar o deslocamento dos cursistas no percurso TI Parakanã-Marabá-TI Parakanã para garantir a realização de um (01) atividade curricular de formação presencial na UNIFESSPA, campus de Marabá;

c) Fornecer alimentação e alojamento aos cursistas e docentes durante todas as etapas de formação presencial;

d) Fornecer transporte e alimentação para docentes e cursistas para realização de 01 viagem de campo e intercâmbio com outras escolas indígenas da região Sudeste do Estado do Pará;

e) Disponibilizar materiais didático-pedagógicos para a realização das atividades dos Módulos de Formação Presencial.

I.c. Número de registro do projeto	I.c. Prazo de Execução	
	Início	Término
	Mês 1	Mês 41
I.d. Resultados Esperados		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formar 60 profissionais, sendo 35 em curso de extensão universitária e 25 em pós graduação <i>Latu Sensu</i>, para atuar na docência e gestão da educação escolar Awaete-Parakanã;</li> <li>• Elaborar textos acadêmico-científicos que reflitam sobre as especificidades linguístico-, culturais e novos processos de ensino e aprendizagem nas escolas Awaeté-Parakanã.</li> <li>• Produzir materiais didáticos em língua Awaete –Parakanã e português para serem utilizados nas escolas Awaete-Parakanã em todo o ensino fundamental e nas diferentes áreas do conhecimento.</li> <li>• Contribuir com a construção do Projeto Político Pedagógico e currículo intercultural bilíngue das escolas Awaete-Parakanã.</li> </ul>		
I.e. Cronograma de Execução		

Meta	Etapa ou Fase	Descrição	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1. Realização de três módulos de formação presencial dos cursos de Extensão e de Pós-graduação <i>latu sensu</i> pela Fecampo/Unifesspa e quadro de docentes que integram o projeto para 65 profissionais que atuam na educação escolar Awaete-Parakanã, do Município de Novo Repartimento.	1	<i>Oferta das atividades curriculares presenciais História do contato entre indígenas e não-indígenas no Brasil (30h), Lutas, contatos e memórias indígenas no Sul e Sudeste do Pará (45h), realizadas na Terra Indígena Parakanã- Novo Repartimento.</i>	<i>Aula</i>	<i>75h</i>	<i>Mês 01</i>	<i>Mês 02</i>
	1	<i>Oferta da atividade curricular presencial Diversidade e Direitos dos Povos Indígenas no Contexto Amazônico (60h), realizada na Terra Indígena Parakanã-Novo Repartimento e na UNIFESSPA-Marabá, campus III. Compõe essa atividade curricular viagem de campo para intercâmbio com escolas de dois povos indígenas do sudeste do Pará.</i>	<i>Aula e viagem de campo</i>	<i>60h</i>	<i>Mês 33</i>	<i>Mês 34</i>

	2	<i>Oferta das atividades curriculares presenciais Memórias e Linguagens na Educação Escolar Indígena (45h), Organização Social Awæete, Currículo, Gestão e Funcionamento da escola Awæete (45h) e Currículo Intercultural e metodologias do ensino de primeira (L1) e segunda língua (L2) (45h) realizadas na Terra Indígena Parakanã- Novo Repartimento.</i>	<i>Aula</i>	135h	<i>Mês 25</i>	<i>Mês 28</i>
	3	<i>Oferta das atividades curriculares presenciais Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena I (45h), Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena II (45h), Metodologia Científica (30h) e Seminário de Produção Acadêmico (15h) realizadas na Terra Indígena Parakanã- Novo Repartimento.</i>	<i>Aula</i>	135h	<i>Mês 25</i>	<i>Mês 38</i>
2. Certificação de 40 profissionais em nível de extensão, pela Proex/Unifesspa;	3	<i>Emissão de certificado de extensão universitária aos cursistas que tiverem obtido no mínimo 75% de participação nos cursos de extensão oferecidos.</i>	<i>Certificado</i>	40	<i>Mês 39</i>	<i>Mês 41</i>



3. Elaboração de 25 memoriais de formação docente como trabalho de finalização do curso;	3	<i>Produção pelos cursistas do curso de Pós-graduação lato sensu de memorial de formação como Trabalho de Conclusão de curso</i>	<i>Memorial de formação</i>	25	<i>Mês 32</i>	<i>Mês 35</i>
4. Publicação de pelo menos 5 trabalhos acadêmicos/científicos por professores e cursistas do curso lato sensu	3	<i>Produção e publicação de trabalhos acadêmicos científicos por cursistas e docentes a partir das reflexões produzidas nos cursos realizados</i>	<i>Publicação acadêmico-científica</i>	5	<i>Mês 18</i>	<i>Mês 38</i>

<b>I.f. Identificação dos recursos da IFES</b>	
<b>Quantidade</b>	<b>Descrição de Recursos da IFES (Equipamentos, Laboratórios, etc.)</b>
1	Secretaria da Faculdade de Educação do Campo com telefone, computador e impressora necessários às atividades de coordenação do curso e organização da vida acadêmica dos cursistas. Nas bibliotecas dos campi da cidade de Marabá estão à disposição dos cursistas obras das áreas de educação e ciências humanas que possuem títulos importantes na formação em nível de Pós-graduação <i>latu sensu</i> . Dispõe também de salas de aula e auditório para realização da atividade presencial na cidade de Marabá.
<b>Justificativa:</b>	
A infraestrutura descrita propiciará aos cursistas a participação na vida acadêmica na UNIFESSPA e acesso à obras de referência primordiais à sua formação. Toda a logística necessária para realização das etapas formativas presenciais o município de Novo Repartimento serão de responsabilidade da Prefeitura desse município.	

**II – QUADRO DE PESSOAL**

<b>II.a – Participantes vinculados à Unifesspa (Lei nº 8.958/94) sem remuneração do projeto</b>				
<b>Nome</b>	<b>Registro Funcional ou Matrícula</b>	<b>Dados</b>		
		<b>Vinculação (Docente ou Téc. Adm., Discente)</b>	<b>Período / Duração / mês</b>	<b>Carga Horária anual</b>
Bernardo Tomchinsky	2417111	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	20h
Carlos Alberto Gaia Assunção	2121241	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	12h
Eliane Pereira Machado Soares	11850736	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	10h
Fabiano Campelo Bechelany	2415971	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	37h
Hiran de Moura Possas	21106893	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	32h
Jerônimo da Silva e Silva	10177749	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	40h
José Sávio Bicho de Oliveira	1102772	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	30h
Lucivaldo Silva da Costa	1517280	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	30h
Maria Cristina Macedo Alencar	1649340	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	35h
Rosani de Fátima Fernandes	3012621	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	35h
Valéria Moreira Coelho Melo	2390225	Docente	Setembro /2019 a dezembro /2022	37h

<b>II.b – Participantes de outras IES sem remuneração do projeto</b>			
<b>Nome</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Registro</b>	<b>Dados</b>

	<b>Institucional</b>	<b>Funcional ou Matrícula</b>	<b>Vinculação (Docente ou Téc. Adm., Discente)</b>	<b>Período / Duração / mês</b>	<b>Carga Horária Anual</b>
-----	-----	-----	-----	-----	-----

Declaro que este projeto contém todos os requisitos técnicos pertinentes a sua perfeita execução, bem como foi submetido às instâncias técnicas necessárias, para que possa guardar conformidade com as exigências legais aplicáveis, assim submetendo-o a aprovação das autoridades competentes.

**Prof. Dra. Maria Cristina Macedo Alencar**  
**COORDENADORA DO PROJETO**

**IV - APROVAÇÃO DAS PARTES**

<ASSINATURA VIA CERTIFICADO DIGITAL>

**Valdir Lemes Machado**  
Prefeito de Novo Repartimento

**Francisco Ribeiro da Costa**  
Reitor da Unifesspa